

MARCAS NECROPOLÍTICAS SOBRE CORPOS DISSIDENTES EM MATO GROSSO DO SUL (MS)

Esmael Alves de Oliveira ¹
Joalisson Oliveira Araujo ²

RESUMO

Ao nos debruçarmos sobre estatísticas recentes do/no estado de Mato Grosso do Sul nos deparamos com inúmeras violências perpetradas contra pessoas LGBT+. Para fins de análise, nos voltamos para as cifras expostas no Mapa da Violência de Gênero no Brasil e no Dossiê de Lesbocídio no Brasil, bem como de levantamentos e seus respectivos relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais e o Instituto Brasileiro Trans de Educação. Além disso, trazemos matérias veiculadas pela mídia jornalística sul-mato-grossense a fim de materializar narrativas. A partir disto, tomamos tais eventos violentos sobre corpos e identidades dissidentes como quadros de guerra necropolíticos. Assim, pudemos dar conta de que as violências contra LGBT+ possuem um caráter sistêmico cuja matriz de inteligibilidade necropolítica permite que determinados sujeitos e coletivos sejam convertidos em corpos matáveis.

Palavras-chave: Violência, LGBTfobia, Estatística, Necropolítica, Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Na madrugada de 17 de julho de 2015, em Dourados, dentro de uma caminhonete VW Amarak, a travesti “Érica” foi morta com três disparos à queima-roupa. Um disparo nas costas, outro no peito e outro no rosto. O rosto é um dos lugares privilegiados para que simbolicamente a homofobia, a transfobia e o machismo marquem território. (BECKER; OLIVEIRA; CAMPOS, 2016, *online*).

Se tal relato sobre uma das faces da violência sobre corpos desviantes e desviados em Mato Grosso do Sul (MS) se refere especificamente ao ano de 2015, quando nos propomos a observar as produções estatísticas mais recentes, é possível constatar que pouco mudou neste cenário.

Então, a fim de desvelar e compreender a face necropolítica da violência promovida contra LGBTs no Estado de Mato Grosso do Sul, tomamos esses eventos violentos sobre corpos e identidades dissidentes como enquadres (BUTLER, 2015) e como constituintes de um regime necropolítico (MBEMBE, 2016).

¹ Doutor em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) e docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS). esmael_oliveira@live.com

² Mestrando em Antropologia Sociocultural pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DS/CAPES). araujojow@outlook.com.

Na primeira seção, apresentamos as fontes de dados consultadas, produzidas pelo Mapa da Violência de Gênero no Brasil e o Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, além dos levantamentos e relatórios produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Em seguida, oferecemos um panorama estatístico a fim de situar as ocorrências da região Centro-Oeste e, mais especificamente, a situação sul-mato-grossense no que diz respeito às violências LGBTfóbicas e, em seguida, expusemos excertos de matérias jornalísticas que ilustram o grau destas mesmas violências.

Por fim, após apontar as tramas necropolíticas direcionadas a estes corpos, contemplamos a masculinidade tóxica hegemônica como marcador imprescindível para compreender a perpetração e continuidade de tais atos. Ademais, apesar do cenário caótico e genocida, buscamos evidenciar que dos “corpos-sujeitos, emerge um dever minoritário que produz novos mundos, estes que interrogam o óbvio, o natural, o mesmo e a pretensa ‘verdade’” (OLIVEIRA, MARTINS, NASCIMENTO, 2019, p. 123), com suas reiteradas violências.

METODOLOGIA

À lacuna de dados provenientes do Estado – tanto em suas esferas estadual quanto federal – de crimes por motivação LGBTfóbica, recorremos a outras bases de dados. Um deles são os levantamentos produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) que desde o ano de 1980 têm se comprometido com a feitura e divulgação de relatórios anuais contendo estatísticas sobre morte violenta de pessoas LGBT, ao compilar notícias de veículos de comunicação quando informam ocorrências relacionadas.

Trabalho também realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que, conjuntamente com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), passaram a mapear (ANTRA, 2019) e relatar (ANTRA, 2018; ANTRA, IBTE, 2019) casos relacionados especificamente à violência transfóbica.

Milena Peres, Suane Soares e Maria Dias (2018) oferecem um panorama pioneiro no Brasil ao analisar especificamente o lesbocídio, entre os anos de 2014 e 2017. O dossiê é resultado de atividades do grupo de pesquisa *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta*, vinculado ao Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIS/UFRJ).

A publicação do Mapa da Violência de Gênero no Brasil, sob coordenação de Maria Lutterbach (2019), ferramenta online e interativa que apresenta, atualmente, dados coletados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) de 1996 a 2016 e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017, como forma de visibilizar e ampliar o acesso aos dados relacionados à violência contra mulheres e pessoas LGBT.

DADOS QUE SANGRAM

Segundo o Mapa da Violência de Gênero no Brasil (2019a) em 2017 se contabilizou um número de 225 (duzentos e vinte e cinco) casos de violência LGBTfóbica por dia! Tal panorama, quando consideramos apenas a região Centro-Oeste, menos populosa do país, entre 2014 e 2017, se registraram 17.602 casos no período. “Entretanto, foi no Mato Grosso do Sul, o Estado menos populoso no Centro-Oeste, onde mais se registraram casos de violência contra pessoas homo/bi: 8.064, ou 45% do total.” (2019a, *online*). O mesmo levantamento aponta ainda que “O Mato Grosso do Sul foi o Estado com maior taxa de violência contra pessoas homossexuais ou bissexuais em 2017: 91 a cada 100 mil habitantes, mais do que o dobro da taxa nacional, que foi de 41 por 100 mil.” (2019b, *online*).

O Grupo Gay da Bahia (GGB, 2019, p. 1) aponta que “420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homolesbotransfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%)”. Fazendo enfoque regional, temos “três regiões [que] apresentaram taxas mais elevadas que a nacional: Norte e Centro-Oeste (2,80) e Nordeste (2,57).” (p. 14).

Das 420 mortes em território nacional ocorridas em 2018, o Centro-Oeste enumera 46 delas, sendo que, só em MS registrou-se 8 ocorrências. Os maiores registros, em números absolutos, se deram nos estados de São Paulo (58), seguidos por Minas Gerais (36) e Bahia (35).

Se retroagirmos a 2014, segundo o *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil*, produzido por Milena Peres, Suane Soares e Maria Dias (2018), se anotou a ocorrência de 16 lesbocídios no País, sendo o Centro-Oeste responsável por 1/4 deles, sendo a 2ª região em números absolutos. No estado de MS houve um registro, na cidade de Coxim. Em 2015 o percentual da região Centro-Oeste caiu para 20%; entretanto, isso ocorreu porque o número total de

mulheres vitimizadas aumentou para 26. Dois destes ocorreram em MS: um Campo Grande, outro em Rio Brilhante, região sudoeste do estado.

Já em 2016, apesar de o Centro-Oeste continuar representando 20% das estatísticas, cai pra 3ª em números absolutos. Isso ocorre, porém, por conta de um aumento significativo nos números da capital paulista. Do total de 30 lésbicas vitimizadas pela lesbofobia, o MS contabilizou 1 assassinato e 2 suicídios, chegando à marca de 10% em números absolutos. É a primeira – e única vez³ – que o marcador “indígena” aparece no quesito étnico no dossiê, porém, pela forma como os dados foram tratados, não é possível afirmar que este se deu neste estado.

Por fim, em 2017, Centro-Oeste passa a representar uma menor fatia do gráfico, com 4% dos números absolutos. Não obstante, isto não se deu por terem diminuído os indicadores da região e sim por ter aumentado vertiginosamente o das outras: o total de 54 lesbocídios ocorridos significam um aumento de 237% em relação a 2014 e de 80% em relação a 2016. Neste ano não se registrou lesbocídios no estado de MS.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018, p. 14) faz questão de evidenciar que, apesar da subnotificação que é mordaz, em 2017 registraram “179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos.”. Desses, o Centro-Oeste registrou 15 assassinatos. Proporcionalmente, está em 13º, com 0,74 assassinatos por milhão de habitantes.

No ano seguinte, em trabalho conjunto com o Observatório Trans do Instituto Brasileiro Trans de Educação, o IBTE, denunciam “o aumento da subnotificação desses dados”, havendo, assim, registros de “163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos.” (ANTRA; IBTE, p. 15).

Neste ano, MS registrou 3,90 mortes por 100 mil habitantes, ocupando, proporcionalmente, o 15º lugar no ranking nacional. Ocorreu, porém, o que chamaram de

³ Sobre isto, afirmam as autoras que “Os dados sobre mulheres indígenas, infelizmente, ainda são desconhecidos e em grande medida porque o racismo no Brasil ocorre também por meio da invisibilidade.” (p. 23), e que “A ausência de informações sobre as mortes de lésbicas no mundo inteiro é assustadora, quando somada às ausências de informações sobre mortes de mulheres negras e indígenas os dados se tornam ainda mais inconsistentes. O que podemos afirmar é que, acima de tudo, estas pesquisas são negligenciadas de forma sistemática e a invisibilidade das mortes é só mais uma das privações sofridas por todas as pessoas que de alguma forma são marginalizadas em nossa sociedade.” (p. 106).

“morte controversa”, pois não puderam aferir se houve ou não cunho transfóbico neste caso: “O último caso refere-se a uma transexual que morreu atropelada por uma motocicleta em Campo Grande (MS) no dia 10 de agosto de 2018, segundo testemunhas ela atravessava a via quando foi colhida pela moto e morreu no local.” (p. 38).

O mapeamento em tempo real realizado pela ANTRA (2019) que subsidia o relatório – previsto para publicação no ano subsequente – já dá conta de 1 travesti vitimizada na cidade de Campo Grande, em 19 de maio de 2019, de um total de 87 registradas até 21 de setembro.

NOTÍCIAS QUE CHOCAM

O Jornal Folha de Dourados, em matéria noticiada em 19 de novembro de 2017, informa: “Wiris de Souza Santos, 22 anos, a Vitória, é a travesti morta”. Ao lado da imagem da vítima, o jornal dava os detalhes:

Foi identificada como Wiris de Souza Santos, 22 anos, conhecida como Vitória, a travesti encontrada morta com nove tiros, por volta das 5h deste domingo (19), na Rua Mato Grosso, no Jardim Rasslem, em Dourados. [...] Conforme boletim de ocorrência, **no corpo da vítima foram encontradas duas perfurações no tórax, duas nas costas, três no pescoço e duas no braço direito**. No local, havia garrafas de cerveja jogadas e marcas de pneus de carro na grama. Com a travesti não foi localizado nenhum documento. (FOLHA DE DOURADOS, 2017, *online*, grifo nosso).

Outro jornal, o Campo Grande News, em 09 de julho de 2018, traz como manchete “Travesti morta a pedradas e facadas sofreu mais de 80 perfurações”. No texto, pode-se ler que

O exame necroscópico realizado no corpo de “Fernanda da Biz”, travesti assassinada no município de Rio Brillante - a 163 quilômetros da Capital - na madrugada de domingo (8), indica que **cerca de oitenta golpes de faca foram efetuados contra a vítima**, que nos documentos se chamava Adilson Francisco da Silva.

A análise foi realizada no IMOL (Instituto Médico e Odontológico Legal) de Dourados e, de acordo com o site Rio Brillante Em Tempo Real, 47 das perfurações causadas foram na mão direita, o que pode indicar que a vítima tentou se defender das agressões. Outros 33 ferimentos foram identificados nas costas de Fernanda, além de perfurações nos braços e na cabeça.

A vítima também foi agredida com **pedradas na cabeça e no rosto**, o que causou traumatismo craniano encefálico. (RIBEIRO, 2018, *online*, grifo nosso).

Mas violência não é dirigida apenas para os corpos trans, pelo contrário: os seguimentos LGB também são alvos de violência. Assim, no site do jornal “MS notícias”, em 19 de março de 2018, a seguinte matéria: “Casal gay é espancado e um acaba morto a facadas em Jardim”. Os detalhes são impactantes pela “gratuidade” da violência:

Rodrigo Soares Rodrigues, 24 anos, morreu após ser **atingido com golpes de faca** próximo a uma conveniência na madrugada de ontem domingo (18), em Jardim, a 237 quilômetros de Campo Grande. No momento da confusão, ele estava com o companheiro de 17 anos. **O casal foi agredido por pelo menos três pessoas** e a família suspeita de homofobia.

De acordo com informações da ocorrência, a vítima era designer de sobrancelhas e bebia com o companheiro normalmente no estabelecimento, **quando sem motivo pelo menos três homens se aproximaram e iniciaram as agressões**, fator que levanta ainda mais a suspeita de crime de ódio e preconceito. Inclusive, um deles estava munido com uma faca e desferiu os golpes.

Rodrigo chegou a ser socorrido, no entanto, chegou ao pronto socorro sem vida. A polícia afirmou que um das facadas atingiu o coração da vítima. O companheiro dele recebeu atendimento e foi liberado. (QUEIROZ, 2018, *online*, grifo nosso)

O Dossiê sobre lesbocídios no Brasil relata:

“Thays foi atraída para uma praça pública no município de Campo Grande (MS) com a desculpa de que seu afilhado, o filho da ex-namorada, estaria doente. Mesmo em horário de expediente em seu trabalho, Thays foi de moto até o local e, enquanto ela conversava com a mãe de seu afilhado, sentada em um banco, foi atacada por trás e degolada pelo namorado da moça.” (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 54-5).

Sem dúvidas as notícias não se esgotam nas ilustradas acima, mas são suficientes o objetivo que nos propusemos: refletir sobre os dispositivos necropolíticos que os situam, enredam e sustentam, o que faremos na seção a seguir.

DESVELANDO AS ARTIMANHAS NECROPOLÍTICAS

Becker, Oliveira e Martins (2016), mencionam como não é possível desvincular a existência, intensidade e recorrência da(s) violência(s) contra LGBTs e outras minorias de Mato Grosso do Sul de uma ideologia machista, racista e patriarcal. Nas palavras dxs pesquisadorxs,

Em solo sul mato-grossense esse é um dos indicadores da intolerância e do ódio que verte seu sangue, tal como se marca a ferro e a fogo o gado, mas, é claro sem que esses objetos corporificados e generificados no feminino, como travestis, gays, transexuais, mulheres tenham o valor que o gado assume por aqui. (BECKER, OLIVEIRA; MARTINS, 2016, *online*)

Para além de ser uma exclusividade local – o que os dados nacionais que acima mencionamos não nos permitem sustentar – para nós está claro que a violência contra mulheres⁴ e LGBTs só podem ser devidamente compreendidas se consideramos o valor

⁴ Que, pelos objetivos do presente texto, optamos por não abordar.

simbólico que é atribuído e permanentemente reiterado ao lugar do masculino no mundo ocidental.

Se, nos termos de Judith Butler (2015), há determinados enquadres político-ideológicos que fazem com que determinadas vidas sejam dignas de ser choradas em detrimento de outras, esse mesmo enquadre, conseqüentemente, tem historicamente justificado e estimulado a produção de mortes contra corpos e subjetividades que questionam essa inteligibilidade hegemônica.

Reconhecer a violência não garante, de modo algum, uma política de não violência. Mas o que pode perfeitamente fazer diferença é considerar a vida precária e, portanto, também a condição de violável uma condição generalizada, em vez de uma maneira diferencial de marcar uma identidade cultural, isto é, como um traço recorrente ou atemporal de um sujeito cultural que é perseguido ou violado por definição e independentemente da circunstância histórica (BUTLER, 2015, p. 250–1).

Ao retomarmos em tom de análise as notícias acima ilustradas, alguns aspectos são emblemáticos. Primeiro não é possível ignoramos o grau de violência que é orientado contra os corpos considerados ininteligíveis: são inúmeras perfurações, golpes, pedradas. Segundo, são atos em partes do corpo que demonstram que a vítima não teve condições de defesa (no geral nas costas). Terceiro, são agressões desferidas em regiões do corpo que são simbolicamente constituintes de nossa “humanização”: a face, o rosto.

O grau de violência, a desproporção da força, o motivo fútil e injustificado da agressão também são emblemas de uma masculinidade que não permite a existência da diferença. Antes a deseja aniquilar. Não basta a distância, própria daqueles que não querem o contato, é preciso a eliminação.

Autores como Achille Mbembe (2016) nos ajudam a pensar os desdobramentos da biopolítica foucaultiana, ao afirmar que o caracteriza o mundo atual é uma necropolítica. Não se trata mais de um “fazer viver, deixar morrer”, nem mesmo de um “governo de homens e coisas”⁵. Para Mbembe, a “[...] preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada’ da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2016, p. 125, grifo nosso).

Dentro dessa nova lógica, identidades dissidentes, estilos de vida não convencionais, estéticas ininteligíveis, novos arranjos afetivos-sexuais etc., funcionam como “justificativa” bastante” para sua eliminação social. Assim, pensamos não ser mero acaso a truculência dos atos de violência contra LGBTs. A busca pelo apagamento dos sinais de “humanidade” nas

⁵ Princípios que segundo Michel Foucault, caracterizam a emergência da biopolítica em fins do século XVIII

inúmeras “Vitórias”, “Fernandas”, “Thayses” e “Rodrigos”, o ódio desproporcional voltado a seus corpos indefesos e que teimam em existir são a manifestação de uma necro(tanato)política.

ALGUMAS (IN)CONCLUSÕES PRELIMINARES

Ao longo deste pequeno balanço estatístico alguns aspectos merecem destaque. Talvez o primeiro deles seja o mais óbvio: o caráter seletivo da violência. Numa perspectiva dos marcadores sociais, ao considerarmos uma sociedade cuja inteligibilidade hegemônica é racista, patriarcal e sexista (como o Brasil de modo geral e o MS em particular), constata-se que existem determinados corpos que estão mais propensos a serem matáveis. Portanto, os dados falam deste lugar: a seletividade do regime necropolítico. Em tal regime, a diferença é interpretada como sinônimo de desigualdade e quanto mais presentes marcadores tidos como subalternizados (classe, raça, gênero, orientação sexual, região, religião etc.) maior a possibilidade de exclusão, violência e morte.

Ainda nesse movimento interseccional, um segundo aspecto que vale a pena ser considerado é o marcador geográfico-regional. Como pudemos demonstrar, o *ethos* agrorural de Mato Grosso do Sul, cujos ideários de “macheza”, virilidade, honra e poder parecem se impor nas subjetividades e relações interpessoais (basta verificar o caráter fálico da relação dos homens sul-mato-grossenses com suas caminhonetes e a objetificação dos corpos femininos), acaba por contribuir para um contexto em que a violência de gênero seja constantemente naturalizada e reiterada. O que nos ajuda a aventar a possibilidade de que não apenas as vivências interioranas são diferentes das de grandes centros urbanos, como também pode se apresentar como mais hostis. Questões a serem melhor exploradas em pesquisas futuras.

Por fim, o que esses índices necropolíticos revelam é a persistência de imaginários sociais aversos às diferenças que se concretizam em práticas sexistas e LGBTfóbicas. Essa aversão não é casual nem esporádica, pelo contrário(!), é sistemática, pois encontra sua razão de ser numa inteligibilidade historicamente construída em que imagens do feminino reiteradamente precisam ser controladas, contidas, e (quando dissidentes e desejantes) eliminadas. Ao contrário, a masculinidade hegemônica (machista, violadora, violenta, mortífera) liberada, afirmada, estimulada.

Nesse enquadre, se compreende a lógica que sustenta o ódio orientado a corpos e subjetividades dissidentes, ou seja, contra mulheres cis-, lésbicas ou não, homossexuais afeminados, travestis e transexuais. Para esses corpos, o aniquilamento físico se impõe como a única via possível para sustentação da heteronormatividade.

Ao mesmo tempo, estes mesmos corpos-mortes-viventes-dissidentes denunciam as perversas e nefastas máquinas de guerras necropolíticas. Forjados nessas zonas de morte esses corpos, ao contrário do que desejariam seus algozes e detratores, teimam em existir, resistir e (re)existir. E então, de repente, onde aparentemente só havia morte e subjugação, insurge um corpo-devir-minoritário que produz novos mundos possíveis. Devires que interrogam o estandarizado, o adequado, o (im)posto como normal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Salvador: ANTRA, 2018.

Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos casos de assassinatos de travestis, mulheres transexuais e homens trans no território brasileiro no ano de 2019*. Salvador: ANTRA, 2019. 1 mapa, interativo, color., Google My Maps. Disponível em:

https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1FzwwQghwym_DzFydXGj6onWYffky1NKy&ll=-18.968137171293954%2C-53.350064803364546&z=6. Acesso em: 22 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Salvador: ANTRA, 2019. Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael A. de; CAMPOS, Marcelo da S. Guarani-Kaiowá: 'Onde fala a bala, cala a fala'. *Brasil Debate*, 22 jun. 2016. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/guarani-kaiowa-onde-fala-a-bala-cala-a-fala>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael A. de; MARTINS, Catia P. "Onde fala a bala, cala a fala". *Rede Humaniza SUS*, 19 jun, 2016. Disponível em: <http://redehumanizasus.net/94812-onde-fala-a-bala-cala-a-fala>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018*. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/08/relatorio.2018-1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

JORNAL FOLHA DE DOURADOS. *Wiris de Souza Santos, 22 anos, a Vitória, é a travesti morta*. Dourados, MS, 19 nov. 2017, 16h 08'. Disponível em: <https://www.folhadedourados.com.br/noticias/dourados/wiris-de-souza-santos-22-anos-a-vitoria-e-a-travesti-morta>. Acesso em: 19 jul. 2019.

LUTTERBACH, Maria (Coord.) *Mapa da violência de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 2019. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. *Brasil teve 225 casos de violência contra pessoas LGBT+ por dia em 2017*. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 2019a. (LGBT). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. *Mato Grosso do Sul teve maior taxa do país de violência contra lésbicas, gays e bissexuais em 2017*. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 2019b. (Notícias da Região Centro-Oeste). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, 2016, p. 122-51. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 22 jul. 2019.

OLIVEIRA, Esmael A. de; MARTINS, Cátia P.; NASCIMENTO, Letícia C. P. do. “Laerte-se” e “Tomboy”: convites às experimentações de si. *Ambivalências*, Alagoas, v. 7, n. 13, p. 109-26, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/viewFile/11289/9256>. Acesso em: 2 out. 2019.

PERES, Milena C. C.; SOARES, Suane F.; DIAS, Maria C. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesbocídio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

QUEIROZ, Tero. Casal gay é espancado e um acaba morto a facadas em Jardim. *MS Notícias*, Campo Grande, MS, 19 mar. 2018, 08h 15'. Disponível em: <http://www.msnoticias.com.br/editorias/policia-mato-grosso-do-sul/casal-gay-e-espancado-e-um-acaba-morto-a-facadas-em-jardim/78408/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

RIBEIRO, Liniker. Travesti morta a pedradas e facadas sofreu mais de 80 perfurações. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS, 9 jul. 2018, 16h 16'. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/travesti-morta-a-pedradas-e-facadas-sofreu-mais-de-80-perfuracoes>. Acesso em: 19 jul. 2019.